

# **A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA ATIVA NO PARÁ - BRASIL NA PERSPECTIVA DA GESTÃO**

**Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos**

Universidade Federal do Pará/Brasil

tefam@ufpa.br

**Resumo:** Este artigo decorre de pesquisa documental realizada, em 2009, sobre a Escola Ativa, a partir da dimensão gestão do processo de sua implantação no Pará - Brasil, tomando como eixo de análise as unidades “O Governo Estudantil” e “A Escola e a Comunidade” que são parte do Guia para a formação de professores da Escola Ativa, produto de uma adaptação do Manual Hacia la Escuela Nueva da Colômbia. Consideramos que a Proposta teoricamente interessante, mas totalmente inexecutável para escolas multisseriadas do campo.

**Palavras-chave:** escola ativa; classes multisseriadas; gestão.

Trata o presente de uma análise sobre a Escola Ativa, no estado do Pará - Brasil<sup>1</sup> a partir da dimensão gestão, tomando como eixo de análise, as unidades “O Governo Estudantil” e “A Escola e a Comunidade” que são parte do “Guia para a formação de professores da Escola Ativa” (MEC, 2007), produto de uma adaptação do Manual “Hacia la Escuela Nueva” da Colômbia, escrito por Vick Colbert, Beryl Levinger e Oscar Mogollón. Trabalhamos a partir de uma pesquisa documental, tendo como fonte principal o Guia. Para tanto, primeiro, procedemos a uma análise mais geral de toda UNIDADE para, em seguida, realizarmos um estudo mais aprofundado de cada módulo para finalizar com considerações e sugestões, à guisa de conclusão, apresentando um conjunto de referências bibliográficas, que poderão fundamentar a temática em foco.

Importa salientar que minha análise foi viabilizada graças à decisão do governo federal brasileiro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Lula em proceder à avaliação da experiência da Escola Ativa no Brasil e, no caso particular em destaque, na região amazônica (Pará), com um Plano de Trabalho Simplificado (2008), objeto de convênio firmado entre o Ministério da Educação e Universidade Federal do Pará, após um movimento de luta e realização de diversos eventos, no âmbito do Grupo de Pesquisa da UFPA, denominado GEPERUAZ – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia. A avaliação decorrente do convênio citado foi coordenada pela Professora Jacqueline Serra Freire da Universidade Federal do Pará, contando com a contribuição de outros professores, dentre os quais, incluo-me.

Tal análise foi multidimensional, constituída pelo seguinte: Dimensão Histórico-Contextual, Dimensão Curricular, Dimensão de Formação e Acompanhamento Pedagógico, Dimensão da Gestão, da qual originou este artigo. Após a realização da avaliação, que começou com pesquisa de campo, a partir de estudo de caso, foi elaborado um Relatório circunstanciado com anexos de cada dimensão estudada e encaminhado ao MEC. Em 2010, já foi elaborada pelo Governo uma nova Proposta da Escola Ativa.

Antes de começarmos a avaliação, faz-se necessário falarmos um pouco sobre a experiência pedagógica da Escola Ativa, que é parte do Projeto Educação do Campo e Classes Multisseriadas (na mesma classe várias séries). Aquela experiência, iniciada no Brasil em 1997, coloca-se como proposta inovadora para qualificar o ensino na zona rural, trazida para o Brasil pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED, calcada em estrutura curricular modular, com material didático específico, que considera a realidade particular de cada aluno, com objetivo de atender aos espaços rurais, com seus calendários e dinâmicas próprias, respaldada na participação da comunidade envolvida no processo (BRASIL/MEC, 2007).

Segundo Oliveira, Serra Freire et al (2009), a Escola Ativa tem no “escolanovismo sua principal matriz teórica”<sup>ii</sup> e como marco no Brasil a experiência do Projeto Nordeste e se expandindo para o Norte e CentroOeste, em 1999, tendo suporte no Fundescola, que é um Programa de Fundo de Fortalecimento da Escola criado pelo MEC em convênio com o Banco Mundial, apoiado no discurso do desenvolvimento da gestão com foco na melhoria da qualidade do ensino fundamental (ensino de 1ª a 8ª série, obrigatório para população de 07 aos 14 anos e gratuito para todos).

O texto do “Guia para a formação dos professores”, em análise, como um todo, traz alguns aspectos sobre a gestão do processo da “Escola Ativa”, mas de forma bastante incipiente, superficial, desfocada, pois não detalha nem conceitua elementos importantes que consideramos como pontos fundamentais para compreensão do significado da gestão democrática, esta por nós entendida, como algo que se constrói na prática coletiva, em comunhão interativa com a comunidade envolvida no processo, com vistas a oferecer ao público-alvo, de forma demonstrativa, mesmo que sucintamente, por exemplo, como se deu e se configurou legalmente a conquista democrática no Brasil e as garantias criadas pelo seu aparato legal.

Ressalte-se, ainda, que a proposta de implantação da Escola Ativa se pauta, em termos discursivos, em princípios da gestão democrática, que é a única forma de gestão legalmente institucionalizada no Brasil, para a ensino público, segundo a Constituição Federal em seu Art. 206 inciso VI e Lei nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação daí, a necessidade da criação de mecanismos para que isto pudesse ocorrer, efetivamente.

A nosso ver, no Guia para Formação dos Professores, que, em última instância, serão os responsáveis pela implantação da proposta, faltam alguns elementos elucidativos ou mesmo esclarecedores referentes à construção democrática são: conceito de liberdade, democracia, participação, autonomia, direito à educação e o papel da Escola neste contexto; Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu Art. 206 VI “Gestão democrática do ensino público na forma da Lei”, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Art. 3º inciso VIII e Art. 14 incisos I e II; Plano Nacional de Educação Lei 10.172 de 09.01.2001 (Diretrizes e Metas) e seus significados para formação dos alunos cidadãos (dotados de direitos e deveres).

Seria necessária a explicitação do sentido concreto, por meio de exemplos, com aplicação prática, na sociedade brasileira dos princípios “direitos individuais e direitos sociais” e onde a educação se insere como direito e qual o conceito de educação/saber/poder, ancorados em autores consagrados na área, como CHAUI, Marilena. (2003) SAVIANI, Dermeval (1983) dentre outros. Tais elementos são fundamentais para deslanchar qualquer processo de construção de novas relações de poder, a partir das quais a Proposta da Escola Ativa poderia ser realmente implantada nas escolas.

Tem-se no Guia a apresentação de categorias (formas da realidade se expressar) como se fossem termos auto-explicativos, sem sustentação teórica, sem implicações sócio-históricas e políticas, próprio do discurso ideológico neoliberal (CHAUI, 2003), pois como sabemos até mesmo as próprias palavras têm densidade histórica, o que significa dizer que elas possuem uma materialidade específica, a ser considerada. O problema se agrava ao pensarmos nos usuários do Guia, que são professores do campo, especialmente da Amazônia, que dispõem de poucas condições de acesso a Bibliotecas, à Internet, a bens culturais básicos como cinema, teatro, lazer, jornais e outras fontes, decorrentes de um conjunto de fatores, como as grandes distâncias geográficas, simbólicas e sociais; as dificuldades de acesso, de condições infraestruturais, dentre outras, derivadas de anos de desigualdades, de descaso, de abandono por parte das elites dirigentes do Brasil.

Uma outra dificuldade detectada, que nos parece sintomática de uma transposição mecânica, é sobre o Manual (Guia) ser produto de uma adaptação de outro utilizado na Colômbia, como se o fato de ambos países pertencerem à América Latina por si só já nos tornassem culturalmente similares. Sabemos que nem mesmo as boas experiências podem servir de modelos para outros processos educativos. Elas podem atuar como apoio, motivação e sensibilização para que os sujeitos compreendam que existem formas de intervenção importantes e possibilidade de construção coletiva de mudanças da realidade, no sentido de sua superação.

A nosso ver, este seria o maior objetivo de conhecer a experiência da Escola Ativa desenvolvida na Colômbia e mesmo assim haveria necessidade de uma análise profunda para decifrar e desvelar a Proposta, em seus princípios norteadores para identificar as matrizes teórico-metodológicas que a sustentam e suas estratégias de implantação.

O título da unidade “O GOVERNO ESTUDANTIL” parece apropriado para a organização política, cultural e pedagógica de representação dos discentes, bem melhor que “Grêmios Estudantis”, existente hoje em algumas escolas públicas paraenses e brasileiras. Poderia ser algo até bom se fosse constituído nas escolas regulares da cidade, obedecendo a uma outra lógica, que apontasse para uma formação política transformadora.

Mas, o item referente à fundamentação do colegiado estudantil, a nosso ver poderia ter sido mais detalhada para estimular, motivar os professores a incorporarem a idéia da necessidade dos estudantes participarem do governo da experiência da Escola Ativa, por diferentes razões: primeira, para formação integral, com destaque para construção da cidadania, do espírito de cooperação e solidariedade, do respeito ao outro, demonstrando o papel social, político e cultural da escola; segunda, para ensinar na prática diária a forma como se administra a escola, em seu espaço físico, temporal, administrativo, pedagógico e financeiro: como se estabelecem as relações de poder, explicando detalhadamente como se dão as conexões entre os mesmos, porque o homem como ser social vive em relações. Aliás, isto é de maior importância para os sujeitos escolares, se trabalhado de forma gradual e contextualizada.

Marx & Engels (1983 p. 60) compreendem a educação como uma combinação que envolve:

1). Educação intelectual; 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares e 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico, de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

É esta educação integral que se deve buscar, numa perspectiva de totalidade, que não separa a formação intelectual da cultura e do trabalho, para construção do homem em todas suas possibilidades. Tal perspectiva nem de longe é vista na fundamentação do Governo Estudantil

Sentimos falta de conteúdos explicativos sobre lideranças, trabalho de grupos e equipes, eventos de participação e deliberação política: assembléias, reuniões de trabalho, que consideramos a base, para mostrar aos professores como se constrói novas relações de poder, a partir da organização constitutiva de espaços importantes na luta por melhores condições não só da educação como da sociedade em que vivemos, na perspectiva sinalizada ao longo desse nosso texto, especialmente considerando-se a situação de carências acentuadas de toda ordem vivida pela população do campo amazónico.

Após essas considerações, compreendemos ser necessária uma reflexão mais aprofundada e séria sobre a aplicação dessa estratégia curricular nas classes multisseriadas da região Norte do Brasil, por variados motivos, dentre os quais se destacam:

i) isto geraria muito mais responsabilidade e elevado nível de exigências para o professor além da necessidade de seu preparo intelectual e político. Não podemos esquecer que tal profissional já enfrenta uma intensa e extensa carga de trabalho, em condições totalmente inadequadas, uma vez que sozinho precisa dar conta de tarefas que vão desde limpeza, passando pela merenda, pelas funções pedagógicas, docentes e administrativas, naquelas unidades com apenas uma sala de aula, na casa da própria professora, como é mais comum na região Norte.

ii) para os alunos cujos perfis se diferenciam daqueles da cidade, especialmente pelas condições de vida em que vivem e atuam;

iii) as condições infra-estruturais da Escola são em geral completamente inadequadas para o desenvolvimento da Proposta: 1 sala de aula com poucos recursos didático-

pedagógicos, sem espaços adequados para reuniões; sem bibliotecas, dentre outros. Tais aspectos serão detalhados ao longo desta análise.

Se a classe unidocente está localizada numa Escola mais estruturada, com gestor(a), técnico(a) ainda pode ser que haja alguma possibilidade de aplicação produtiva e consequente da proposta, mas ainda assim com algumas modificações significativas. Portanto, vimos com muito cuidado e preocupação a implementação de Governos Estudantis para apoiar a gestão. Em tese, a idéia pode até ser boa, mas se formos pensar na prática concreta, achamô-la inviável da forma como está proposta no Guia para Formação de Professores da Escola Ativa.

Temos conhecimento de que o Governo Estudantil foi constituído em 107 municípios do Norte – Região Amazônica (MEC, 2006), nos moldes formais propostos, com eleições diretas realizadas pelos alunos, sob a supervisão do(a) professor(a), mas tal processo quase que se esgota na formalização institucional do órgão, nos trâmites legais burocráticos, nos quais há participação de alunos e professores e depois há um esfriamento, dada à situação concreta de dificuldades enfrentadas tanto pelos alunos como pelos professores. As ações quando realizadas se restringem a alguma programação festiva ou similar, em que os alunos se mobilizam para solicitar apoio da comunidade.

Um outro aspecto em destaque relaciona-se aos alunos que poderão ter de assumir muitas responsabilidades, além das que já possuem, na condição de menos favorecidos, que em sua grande maioria trabalha ajudando suas famílias, seja na lavoura, seja na pesca. O Governo estudantil pode se transformar numa verdadeira exploração desses alunos e do(a) próprio(a) professor(a), que terão de dar conta de um conjunto elevado de ações na escola e fora dela.

A proposta do Guia preconiza que o professor(a) particularmente precisaria coordenar, orientar e assessorar várias outras atividades, como: acompanhar a atuação dos alunos; garantir o bom andamento dos diversos comitês; resolver os problemas surgidos nos diferentes momentos; prepará-los para exercerem as monitorias; avaliar a experiência e demais ações desenvolvidas, bem como trabalhar com a comunidade. Como isso seria possível, sem mínimas condições infraestruturais e acadêmicas.

Outro problema central que identificamos é a própria formação do(a) professor(a) que muitas vezes não entendeu a proposta e como irá atuar em sua consecução, já que alguns nem possuem o ensino fundamental completo. Mesmo para os que têm formação superior já seria difícil enfrentar tais desafios. Nossa maior preocupação é com excesso de trabalho e de detalhamento da proposta.

No módulo 1, “A Gestão Escolar” do Guia p.69, há um conjunto significativo de prescrições: trata de gestão, paradigma, autonomia, descentralização, participação, mobilização social, educação de qualidade, visão de sistema, educação integral em apenas uma página de papel A4, sem maiores explicações, com o agravante do nível de formação dos professores-alunos para absorverem tantos conceitos e preceitos. Consideramos que o documento evidencia uma concepção de gestão reducionista, simplista e frágil, diríamos superficial para convencer os professores a assumirem as atividades conscientemente, para democratização das relações de poder, a partir da construção do Governo estudantil. A autonomia que deveria ser enfocada como princípio estruturante da Escola Ativa, é vista como valor instrumental, ao afirmar:

A autonomia deve ser, parte da gestão escolar no que concerne à capacidade de se tomar decisões compartilhadas e comprometidas para a resolução dos problemas e desafios educacionais e administrativos que a escola enfrenta (BRASIL/MEC, 2007 p. 70).

Tal discurso também pode revelar uma transferência de responsabilidade para os professores e alunos daquilo que o Estado é obrigado a cumprir e não faz, além do que exige comprometimento, perguntaríamos com quê? e com quem? Qual é o Projeto educativo do Estado? Será que os sujeitos a quem se destina a Oficina o conhecem? Eles têm condições de questioná-lo, contraporem-se?

Da forma burocrática e complexificada como é tratada a questão no documento em análise, encerra em seu bojo poucas possibilidades e alternativas de favorecer mudanças das condições em que se realiza a educação em tais espaços.

Os exercícios de fixação da aprendizagem propostos são complexos diante do que está sendo expresso na Oficina e apresentam um esquema sobre gestão escolar da Escola Ativa, no qual nos parece faltar pilares de sustentação da gestão, pois registra o Currículo, Capacitação de acompanhamento, comunidade e administrativo, sem o pedagógico (razão de ser da

Escola) p. 70. Além do que neste módulo não há qualquer alusão aos objetivos a serem alcançados a partir de sua execução. Já que não se intencionam os caminhos e pontos de chegada do ensino-aprendizagem, como solicitar exercícios avaliativos, para quê? Percebemos a contradição entre o que a Escola Ativa preconiza e os instrumentos para materializá-la, como se pode observar na manifestação presente no próprio Guia, na parte de avaliação da aprendizagem:

[...] A avaliação deve, sobretudo, cumprir a sua função pedagógica que é a de regulação do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, aluno e professor tomam consciência dos pontos que necessitam ser (re) ajustados para que haja de fato uma aprendizagem significativa (BRASIL/MEC, 2007 p. 125).

Compreendemos como necessário falar um pouco mais do significado de governo e não da palavra gestor, para chegar às relações de poder presentes nas práticas escolares, por exemplo, porque há uma diferença entre tais conceitos, embora alguns estudiosos como os que elaboraram o Guia não a identifiquem. A gestão pode ser vista como um processo coletivo de racionalização dos meios para atingir determinados fins. Tais fins na Escola deve ser o fazer com que os alunos aprendam e cresçam, a partir do acesso à cultura, aí incluindo valores, manifestações culturais, hábitos, costumes, enfim, todo o saber historicamente construído pela humanidade:

Parece que a escola tem sempre que buscar na economia as razões para sua importância. Contudo, se pensamos no grave dever social de atualizar culturalmente as novas gerações, a escola deve ser importante, antes e acima de tudo, como consumo, como realização de um direito de usufruir do patrimônio construído pela humanidade, construção que se deu, diga-se de passagem, às custas sempre dos trabalhadores de todas as gerações passadas e da presente (PARO, 2001, p. 23).

Por outro lado, é indispensável que se registre e se reforce que gestão democrática não se decreta, nem se impõe por “controle remoto”<sup>iii</sup>. O documento não trabalha com o conceito de democracia, que nos parece fundamental e básico para formação política dos professores e alunos. Apesar do Guia para formação de professores anunciar (p. 67) a importância dos processos democráticos tanto para aprendizagem como para a formação integral para a cidadania, não aprofundam o conceito, princípios básicos e suas formas de construção.

Acreditamos que a democratização das relações de poder seja essencial, por ser inerente a uma escola que se deseja formadora de cidadãos críticos e criativos, na construção

de novas alternativas de sociedade e de resolução de problemas e, sobretudo de formação de profissionais mais qualificados para o mundo do trabalho. A escola ainda que precária como a multisseriada deve cumprir sua missão política e social, oferecendo um ensino de qualidade a todos que a procurarem, pois é praticamente impossível formar para a liberdade, sem que esta faça parte de nossas relações.

Este módulo precisaria ser bem explicado de forma simples, que é diferente de simplista, mas profunda, por meio de exemplos práticos e acessíveis o que significa democracia, autonomia, participação e descentralização e para que servem. Não são conceitos auto-explicativos como estão apresentados.

O Módulo **“O Governo Estudantil como fator importante para o desenvolvimento afetivo e social e para a construção da cidadania”** Nós acrescentaria afetivo, social e político para reforçar a idéia de formação política permanente como um dos objetivos fundamentais do governo estudantil organizado. Apesar do texto falar em construção da cidadania, percebemos a intenção subjacente ao texto de despolitizar as relações, romantizando um pouco o papel da organização dos discentes. Para o Estado, alunos e professores precisam aprender a comportar-se neste tipo de sociedade desigual em que vivemos para aceitar a relação governo e governados, preconizando uma solidariedade e cooperação esvaziadas de conteúdo político.

Compreendemos tal módulo como uma receita do que os alunos precisam aprender para se comportarem numa sociedade democrática burguesa, para compreender e aceitar suas regras e, especialmente, a relação governados e governantes, por meio de um discurso despolitizado com aparências progressistas e libertadoras. É a própria pregação de relações harmônicas. Dai a tentativa de empobrecimento do campo político presente nas relações contraditórias da sociedade, presentes nas orientações, que são próprias da ideologia neoliberal.

É um discurso ideológico que precisamos desvelar para não cairmos na ilusão de endossar propostas que podem servir para reforçar e até aprofundar o lado mais negativo e perverso daquilo que se deseja superar.

A partir do Módulo 3 até o 6 tem-se um Manual de instruções para organização e funcionamento do Governo estudantil, como um Regimento formal. Cremos que deva ser muito difícil até para uma Escola que tenha técnicos, funcionários, gestores desenvolver e acompanhar a experiência, tal seu grau de complexidade e burocracia.

A estratégia governativa objetiva promover a organização dos alunos para a participação, para o diálogo, para a democratização da gestão, portanto as relações de poder na Escola. Portanto, faz-se necessário tratar a gestão como processo coletivo e amplo de condução da instituição pública, em que todos seus sujeitos, e os alunos entendidos e tratados como sujeitos devem participar do processo de tomada de decisão onde estudam e, sobretudo desvelando o porquê da necessidade de suas participações na gestão de seu processo educativo, porque a educação só se realiza por meio de um processo interativo.

Na Unidade **“Escola e a Comunidade”** há uma compreensão do significado da família na vida escolar do estudante, mostrando a necessidade do professor procurar verificar o contexto externo em que vivem tais alunos, suas condições de vida, a família, porque seu aprendizado não se esgota nem começa na Escola, mas na sua família, com o que concordamos, entretanto, isto não implica em exploração dos pais para realizarem mais trabalho na unidade educativa. Para a consecução desse intento há necessidade de mais preparo docente e tempo para desenvolver um trabalho de aproximação e, conhecimento da comunidade. Como fazer tal aproximação, com o tempo de que dispõem os professores e como fazer alguma intervenção para superação e/ou resolução de problemas com as condições precárias em que se movimentam? Os exercícios sugeridos no Módulo, para fixação da aprendizagem, consideramos difíceis até para quem possui uma formação acadêmica de nível superior, pois envolvem questões sociais, psicológicas, culturais e outras, que demandam outros conhecimentos, para além da educação.

Um outro agravante da inadequação da proposta do Governo Estudantil se insere no não entendimento da situação das famílias do campo, cujos filhos frequentam as escolas unidocentes, que residem em locais afastados uns dos outros, dispersos às vezes em áreas extensas e de grandes distâncias, impeditivas de uma mobilidade mais regular para participarem de outras atividades fora do tempo-escola. Na região Norte é este cenário.

No Módulo 2 desta Unidade, há sugestão de utilização de Pesquisa com seus instrumentos e técnicas específicas, como: Observação participativa, entrevista pessoal ou em grupos, que exigem um grau de formação e amadurecimento científico para aplicá-los. Consideramos completamente irreal e fantasiosa a proposta. Propõe a realização de Oficinas para integração da comunidade; palestras e outros. Ora, se os professores das escolas do campo reunissem todas as condições que a eles são atribuídas, exigidas ou sugeridas provavelmente não estariam mais em tais escolas, cuja precariedade necessita ser pelo menos minimizada em curto prazo, para que pudessem ter mínimas condições de trabalho e formação continuada, para lá permanecer como uma opção e não como a única possibilidade existente para eles.

Os demais módulos do Guia caminham na mesma direção acima exposta, até parece um Manual para “Alice no País das Maravilhas”. Pensamos que o máximo que pode ser feito com a comunidade é sua sensibilização para acompanhar o desenvolvimento de seu filho, de algum modo. Para tanto, a Escola precisa saber seduzi-la e envolvê-la na:

sua tarefa de desenvolver nos educandos atitudes positivas e duradouras com relação a aprender a estudar. Grande parte do trabalho do professor seria facilitado se o estudante já viesse para a escola predisposto para o estudo (PARO, 2000 p. 16),

Porque, para que se efetive a aprendizagem, são necessários a vontade, a disposição e o interesse para interagir com o professor. Entretanto, havemos de convir que os pais dos estudantes das classes multisseriadas do campo são diferentes de outros pais de alunos de escolas regulares, de vez que sua grande maioria é constituída de trabalhadores (agricultores, pescadores, extrativistas e outros) com baixa escolaridade que sobrevivem com dificuldades num trabalho extenuante e desgastante, que não tiveram acesso à escola, daí a grande dificuldade de aplicar a eles a mesma lógica usada noutras experiências.

Além disso, algo precisa ser pensado para os pais na Escola para ajudá-los também a crescer. Mas como uma professora sozinha poderá fazer tudo isto? É uma tarefa hercúlea. Deve ser evitada a burocratização do processo de constituição do Governo Estudantil, conforme está posto no documento em análise.

Compreendemos que os estudantes precisam ser orientados mas deixando-os com liberdade para decidirem suas ações. Por outro lado, preocupa-nos a possibilidade do Governo Estudantil ser transformado numa entidade jurídica, a exemplo do que aconteceu com os

Conselhos Escolares, que, de espaço de formação e participação política dos sujeitos escolares, virou Unidade Executora, com competência para firmar parcerias, tendo em vista a captação de recursos financeiros ou para realização de serviços de solidariedade social, para ajudar em sua manutenção, conforme pesquisa realizada em escolas públicas de Belém (SANTOS, 2002).

Por outro lado, sentimos, ao longo do texto, talvez, uma tentativa por parte de seus mentores, de passar uma visão da autonomia como valor instrumental, próprio da ideologia neoliberal, hoje disseminada amplamente pela mídia, porque ao contrário disso, a autonomia precisa ser vista como um princípio indispensável para a democratização da gestão, para que os sujeitos tenham condições objetivas de participar do processo de tomada de decisões e formarem-se cidadãos. Ela será sempre relacional e em construção.

Aliás, compreendemos que as oficinas poderiam servir muito mais para a formação política dos professores, dados seus objetivos de construir a gestão democrática. No entanto, prega o desenvolvimento sócio-afetivo, fomenta a responsabilidade, a solidariedade, cooperação, espírito de liderança, o exercício de procedimentos democráticos, descolados de um processo político, que evidenciasse, criticamente, os pilares de sustentação da sociedade capitalista.

No Módulo 3, na fase denominada de “Sensibilização” aparece a abertura para transmitir ensinamentos sobre o papel político do Governo Estudantil, mas perguntamos como o/a professor(a) terá condições de fazer isto? Além de não ter tempo, será que é politizado(a) ao ponto de repassar isto para os estudantes, mostrando-lhes por exemplo, que a gestão ou governo perpassa toda as ações desenvolvidas na Escola, não apenas na área administrativa, como é comum se entender. Será que o docente terá conhecimentos suficientes e formação política para fazê-los compreender que todos têm direito Constitucional a uma educação básica de qualidade, que lhes permitam ter acesso aos bens culturais historicamente produzidos pela humanidade, sem antes passar por uma boa formação?

Do lado dos alunos, achamos difícil a ideia vigorar e mesmo que isto possa acontecer, preocupa-nos a direção que vai ser dada a isto, porque não concordamos com o sobretabalho dos alunos, uma vez que são objetos de muitas desigualdades, na origem, daí estarem a

estudar em classes multisseriadas, que é uma forma precária de acesso à educação escolar, conforme palavras abaixo:

A precariedade da educação oferecida às populações do campo se apresenta de forma mais aprofundada nas escolas com turmas multisseriadas. A maioria das escolas do campo são organizadas em multissérie. O Censo Escolar 2006 apontou a existência de cerca de 50 mil estabelecimentos de ensino nas áreas rurais com organização exclusivamente multisseriada, com matrícula superior a um milhão de estudantes. O programa Escola Ativa está presente em cerca de 6.215 escolas, segundo dados do Fundescola/FNDE (MEC/SECAD, 2008, p. 11).

Pensamos que tais experiências poderão servir para manter as perversas condições de vida dessas pessoas, na forma apresentada.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Consideramos que a Proposta do Governo Estudantil e Escola e Comunidade é teoricamente interessante, mas totalmente inexecutável para implantação/implementação nas escolas multisseriadas do campo por todas as razões já apresentadas nesta breve análise. Aliás, a nossa discordância é de origem, porque não embarcamos no discurso ideológico da Escola Ativa.

A luta precisa ser pela superação disso, ou seja, a outra ponta da unidade dialética da desigualdade que é a igualdade, cujo o alcance só poderá ser conseguido com a transformação da sociedade atual, embora concordemos que algumas travessias necessitam ser construídas e o controle social inscreve-se nessa perspectiva, entendido na perspectiva defendida por Iztván Mészáros (1987), enquanto a objetivação de um conjunto de medidas, estratégias ou mecanismos, capazes de direcionar para uma efetiva transição para uma nova sociedade, necessária para a sobrevivência da humanidade. Isto exige a efetiva organização da sociedade civil para construir espaços democráticos.

A organização dos alunos seria interessante para isso, para que pudessem desenvolver uma consciência crítica, mas o conteúdo do módulo dá pouca abertura para tal objetivo de induzir para exercerem sua cidadania e controle social. Mas, o principal não é isto e sim a própria proposta de Governo Estudantil numa Escola em condições precárias sobre todos os pontos de vistas, como é a multisseriada do campo ou ribeirinha.

Ademais, consideramos que as Oficinas não conseguem dar conta de efetuar uma formação política para os professores, porque há necessidade de todo um trabalho anterior de formação. Oficinas não formam, o máximo que fazem é propiciar um treinamento. Neste caso dos docentes das classes multisseriadas, a situação é mais grave porque grande parte deles não têm uma formação acadêmica inicial.

A proposta poderia ser concretizada noutras bases, coerentes com as condições objetivas dos alunos e professores das classes multisseriadas, porque em tese é razoável. Sugerimos, por exemplo, que seja chamada uma supervisora ou coordenadora pedagógica para ajudar a deslançar e acompanhar o processo de constituição do Governo Estudantil nas escolas que funcionam numa sala apenas. Noutras em que há uma estrutura, o(a) diretor(a) poderá até contribuir. Há necessidade de se ouvir os que fazem tal educação, para relatarem suas experiências concretas.

A situação das escolas do campo e/ou ribeirinhas é difícil e alguma coisa precisa ser feita, porque a espera sem intervenção provavelmente não propiciará mudanças, especialmente em se tratando de relações de poder e formação humana.

Mas, pensamos que nossa maior contribuição é lutar pela superação das classes multisseriadas, nessas pseudo-escolas do campo, sobretudo das regiões Norte e Nordeste, mas antes disso é necessária uma verdadeira força-tarefa para deslançar a construção de novas bases para a formação dos alunos do campo, propiciando-lhes alguma condição para se apropriarem dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade e que possa lhes permitir vislumbrar alguma possibilidade de mudanças do cenário atual.

A proposta de Governo Estudantil como está posta é uma forma burocratizada de contribuir para manter as condições de desigualdades presentes na vida dos que trabalham e estudam nas classes multisseriadas.

O texto do Guia de Formação é totalmente fragmentado, no qual as categorias são apresentadas sem texto e contexto, sem sustentação teórica, desvinculados de suas bases fundantes, como se houvesse uma única forma ou possibilidade de entendimento e interpretação da realidade por elas representadas, postas como termos auto-explicativos.

Como exemplo disso, tem-se cidadania, participação, autonomia, democracia, liberdade, trabalho, relações de poder, dentre outros.

Só para dar um exemplo disso, busquemos a categoria democracia. Ela é entendida como valor, como qualificativo, como metodologia e até como ideologia. Podemos ler Marilena Chauí em seu Livro *Convite à Filosofia* da editora Ática, 2003 p. 403 a 408, cuja linguagem é de fácil compreensão para o nível dos usuários para quem se destinam os Módulos por nós analisados, ao longo deste texto.

Considereei bastante positiva a decisão do governo federal em proceder à avaliação do Programa, contando para isso, com a contribuição de professores de instituições federais e da rede pública de ensino. Sei que isso não foi uma concessão do governo, mas produto de um processo de luta do movimento social em defesa do campo, em que a Universidade Federal do Pará participa, por meio de seus Grupos de Pesquisa e outras lideranças. Foi uma conquista, mas ainda assim o diferencial que percebemos é a procura pelas instituições públicas para realizar o trabalho e, não por serviços terceirizados com entidades privadas, como já está se tornando comum no Brasil, após a Reforma dos anos de 1990.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> O Pará fica situado na região Norte do Brasil que faz parte da Amazônia brasileira, com uma extensão de 1.247.689.515 km<sup>2</sup>, para uma população de 7.431.020, contando com 143 municípios (sendo criado um novo em 2009) passando assim para 144. No campo educacional, possui uma taxa de analfabetismo em pessoas de 15 anos ou mais de idade de 11,9%; média de anos de estudos das pessoas de 15 anos ou mais de idade em torno de 7 anos; jovens de 18 e 19 anos que só trabalham com uma taxa de 23,8% (IBGE/PNAD – 2008).

<sup>ii</sup> É também chamada Escola Nova que surge nos anos de 1900 como uma nova perspectiva para a educação afinada com as mudanças científico-tecnológicas, foi um movimento próprio do século XX, mas que se inspirou em pedagogos e filósofos do século XVIII e XIX como Rousseau (1712-1778), Pestalozzi (1746–1827), e outros. Movimento iniciado na Europa e nos Estados Unidos na transição dos séculos XIX para o XX. Na Europa, foi defendido, entre outros, por Edouard Claparède (1873-1940) e Maria Montessori (1870-1952). Nos Estados Unidos John Dewey (1859-1952) e William Kilpatrick (1871-1965) foram seus principais defensores, por meio de uma nova concepção de criança não mais como um adulto pequeno, mas como criança. Os indivíduos devem ser preparados para um mundo em mudança (GHIRALDELLI JR, 2003).

<sup>iii</sup> Expressão cunhada por LIMA, Licínio. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

---

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, Gráfica do Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20.12.1996.

BRASIL/MEC. Guia para a formação de professores da Escola Ativa. Brasília, 2007.

BRASIL/MEC. Orientações pedagógicas para a formação de profissionais do PROGRAMA ESCOLA ATIVA, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Terra e Escola. FUNDESCOLA, Brasília: dez de 2002.

\_\_\_\_\_. IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio- PNAD/2008. Brasília, Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em janeiro 2010

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 403-408.

GHIRALDELLI JR, Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. São Paulo: Ed. Manole, 2003.

LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

MARX, Karl. (1983). *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, vol. 1, Livro Primeiro.

MÉSZÁROS, Iztván. *A necessidade do controle social*. Tradução Mário Duayer. São Paulo: Ensaio, 1987.

OLIVEIRA, Ilda Estela do Amaral, SERRA FREIRE, Jacqueline e tal. Políticas públicas e classes multisseriadas: (dês)caminhos do programa Escola Ativa no Brasil, Artigo elaborado para compor publicação regional. Belém: UFPA, 2009.

PARÁ, Constituição do Estado do Pará, Belém: ALEPA, 1989.

PARO, Vítor. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

\_\_\_\_\_. Escritos sobre Educação. São Paulo: Xamã, 2001.

---

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos. Contribuições para uma gestão democrática da escola. Belém: UFPA, Revista Ver a Educação, vol. 8 nº 1 janeiro/Junho de 2002 p. 129-148.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: Teorias da Educação, curvatura da Vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez editora, 1983.